

PÁGINA EM BRANCO

REDAÇÃO

A partir do tema abaixo, redija um **texto dissertativo**, entre **15 a 20 linhas**, em linguagem culta, de modo a expressar com clareza os argumentos apresentados em defesa de sua posição. As perguntas apresentadas têm somente a intenção motivadora: você pode traçar um novo roteiro para a discussão do tema, mostrando novos problemas e soluções.

O que fazer para que possam ser atendidas todas as necessidades sociais de uma população pobre como a nossa? É uma boa medida a criação de programas sociais como os do governo atual? É justa a criação de vários tipos de gratuidade como as das passagens dos ônibus, para estudantes e idosos? Seria mais justo pagar melhor a todos para que ninguém necessitasse de tais auxílios? Chegará um dia em que tudo isso mudará?

PORTUGUÊS

ADULTÉRIO E A DESONESTA

É comum ouvir que o Brasil é um país onde há leis que pegam e leis que não pegam, como se isso fosse uma originalidade brasileira como a jabuticaba. É uma injustiça. Há muitos países que sofrem com o mesmo problema. Na Grécia, apenas para ficar num exemplo notório por causa da atenção, dedicada ao país devido às Olimpíadas, existe uma lei óbvia segundo a qual os motoqueiros precisam andar de capacete. Conforme se viu em inúmeras cenas do centro de Atenas, transmitidas pela televisão, os motoqueiros andam por todos os lugares, circulam nas barbas dos guardas de trânsito, mas raramente usam capacete. Na Grécia, a tal lei do capacete não pegou. As leis, principalmente as que interferem na vida cotidiana dos cidadãos, requerem uma sintonia fina entre vários componentes: aparato policial, comportamento coletivo, grau de escolaridade etc. Do contrário, elas tendem a não sair do papel. No Brasil existe muita lei que não pega por falta dessa sintonia. Ou não há polícia suficiente para fazê-la ser cumprida. Ou a lei destoa fortemente de arraigados hábitos coletivos. E assim por diante.

O Congresso Nacional, a casa das leis, é mestre em embaralhar essa sintonia. Acaba, por exemplo, de avançar mais um passo no sentido de fazer com que o adultério deixe de ser considerado um crime. No Código Penal em vigor desde os anos 40 do século passado,

adultério é crime sujeito a penas que podem chegar a seis meses de prisão. O comportamento e os valores da sociedade brasileira ultrapassaram esse dispositivo legal e tornaram-no obsoleto. Condenar alguém, homem ou mulher, por adultério, virou uma piada, embora ainda existam condenações desse tipo de vez em quando nos rincões do país. O Congresso também está se preparando para eliminar do Código Penal a expressão “mulher honesta”, que vem a ser aquela que poderia ser considerada vítima do rapto com propósitos libidinosos – sim, porque a mulher desonesta não poderia ser considerada uma vítima de tal crime... Na década de 40, “mulher honesta” provavelmente queria dizer mulher virgem ou casada e dona-de-casa. Hoje, isso não passa de preconceito tacanho.

(...) Nesse ritmo, o Congresso vai aprovar o casamento homossexual perto da entrada do quarto milênio, talvez. Sim, porque avanços de comportamento social, tal como o casamento entre pessoas do mesmo sexo, são inexoráveis. São só uma questão de tempo. Mais cedo ou mais tarde tornam-se aceitos – mas o Congresso Nacional, como uma ilha boiando no passado, parece não se dar conta disso. Eis um dos motivos pelos quais há leis que pegam e leis que não pegam.

(André Petry – Veja, 22/09/2004)

01. “... o Brasil é um país onde há leis que pegam e leis que não pegam, como se isso fosse uma originalidade brasileira como a jabuticaba”; a alternativa em que se expressa a mesma idéia contida nesse segmento do texto é:

- A) como a jabuticaba, é uma originalidade brasileira o fato de haver leis que pegam e leis que não pegam
- B) apesar de não ser uma originalidade brasileira, como a jabuticaba, há no país leis que pegam e leis que não pegam
- C) no Brasil há leis que pegam e leis que não pegam, como a jabuticaba, mas isso não é uma originalidade brasileira
- D) como a jabuticaba, há no Brasil leis que pegam e leis que não pegam, embora isso não seja uma originalidade brasileira
- E) o Brasil é um país onde há leis que pegam e leis que não pegam e isso é marca da originalidade brasileira, como a jabuticaba

02. “É uma injustiça”; o segundo período do texto nos diz que é uma injustiça que:
- no Brasil haja leis que pegam e leis que não pegam
 - digam que no Brasil há leis que pegam e leis que não pegam
 - no Brasil, digam que há leis que pegam e leis que não pegam
 - se ouça dizer que há leis que pegam e leis que não pegam no Brasil
 - só em referência ao Brasil digam que há leis que pegam e leis que não pegam
03. A citação do exemplo da Grécia, no primeiro parágrafo do texto, serve para:
- comprovar uma afirmação anterior
 - demonstrar que o fato citado é próprio de nosso país
 - indicar a existência do mesmo problema em países muito mais ricos
 - mostrar que em países mais desenvolvidos ocorre o mesmo que entre nós
 - destacar que a lei do uso obrigatório do capacete não pegou aqui e na Grécia
04. Ao dizer “...apenas para ficar num exemplo notório...”, o autor do texto indica que:
- outros exemplos poderiam ser citados
 - o Brasil só encontra casos semelhantes na Grécia
 - o exemplo da Grécia não deve ser seguido no Brasil
 - só é possível citar-se um exemplo de fato semelhante
 - a Grécia é um país em que certas leis já foram abolidas
05. “...por causa da atenção, dedicada ao país devido às Olimpíadas,...”. Nesse segmento do texto ocorre o seguinte problema gramatical:
- emprego inadequado do conectivo “por causa de”
 - mau emprego da letra maiúscula em “Olimpíadas”
 - uso indevido do acento grave indicativo de crase
 - erro no emprego do acento gráfico em “país”
 - erro de emprego da vírgula após “atenção”
06. “...existe uma lei óbvia segundo a qual os motoqueiros precisam andar de capacete.” A lei, citada no texto, é “óbvia” porque:
- existe em todos os países
 - responde a uma exigência constitucional
 - atende a uma razão básica de segurança
 - pode ser facilmente vista no cotidiano das cidades
 - expressa uma idéia dominante nos países desenvolvidos
07. A alternativa abaixo em que o conectivo em destaque tem seu valor semântico **erradamente** indicado é:
- “...não há polícia suficiente **para** fazê-la ser cumprida” = finalidade
 - “...uma originalidade brasileira **como** a jabuticaba.” = comparação
 - “...muita lei que não pega **por** falta dessa sintonia” = causa
 - “...existe uma lei óbvia **segundo** a qual...” = ordenação
 - “...**mas** raramente usam capacete” = adversidade
08. Segundo o texto, para que a lei do uso do capacete para motoqueiros “não pegue” concorrem os seguintes componentes:
- grau de escolaridade e desconhecimento das leis
 - comportamento coletivo e repressão policial
 - repressão policial e desconhecimento das leis
 - aparato policial e comportamento coletivo
 - grau de escolaridade e aparato policial
09. Ao comentar que “Do contrário elas tendem a não sair do papel”, o autor do texto indica que as leis:
- não são reconhecidas pelas autoridades
 - só são seguidas durante muito pouco tempo
 - têm existência legal, mas não são observadas
 - nunca são aprovadas pelos órgãos competentes
 - não chegam sequer à discussão no Congresso

10. “No Código Penal em vigor desde os anos 40 do século passado,...”. A expressão “anos 40” abrange:
- 1840 a 1849
 - 1840 a 1850
 - 1940 a 1949
 - 1940 a 1950
 - 1960 a 2000
11. O significado da palavra em destaque está **incorretamente** indicado em:
- “...de vez em quando nos **rincões** do país.” = fronteiras
 - “...é mestre em **embaralhar** essa sintonia.” = confundir
 - “...não passa de preconceito **tacanho**.” = atrasado
 - “...com propósitos **libidinosos**.” = luxuriosos
 - “...e tornaram-no **obsoleto**.” = ultrapassado
12. O título do texto – “Adultério e a desonesta” – se justifica porque:
- indica dois conceitos legais ausentes de nosso Código Penal
 - traz dois vocábulos como dois temas independentes no texto
 - mostra o primeiro vocábulo como conseqüência do segundo
 - destaca dois itens que representam conceitos que “não pegaram”
 - estabelece uma relação lógica entre o primeiro e o segundo vocábulo
13. A comparação realizada entre o Congresso Nacional e uma “ilha boiando no passado” destaca:
- insignificância e isolamento
 - inadequação e obsolescência
 - distanciamento e atraso social
 - isolamento e distância espacial
 - distância temporal e incomunicabilidade
14. Entre as idéias abaixo, a que **não** está presente no texto é:
- o Congresso Nacional trabalha em ritmo bastante lento
 - algumas mudanças no comportamento social são inevitáveis
 - certas mudanças ocorrem, primeiro, na realidade e, depois, nas leis
 - o Congresso aprovará o casamento homossexual em pouco tempo
 - casamento entre homossexuais é visto como um avanço no comportamento social

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO

15. Considerando o seu período de atividade profissional, o servidor que opera direta e permanentemente com substâncias radioativas gozará férias, em dias consecutivos, da seguinte forma:
- 50 por ano
 - 45 por ano
 - 40 por ano
 - 20 por semestre
 - 15 por semestre
16. O concurso público para provimento de cargos públicos tem validade máxima, considerada a prorrogação, de:
- 6 anos
 - 5 anos
 - 4 anos
 - 3 anos
 - 2 anos
17. Da sindicância poderá resultar suspensão de até:
- 30 dias
 - 40 dias
 - 45 dias
 - 60 dias
 - 90 dias
18. Em sede de inquérito administrativo, é defeso ao procurador do acusado, durante o interrogatório, tomar a seguinte medida:
- reinqüirir seu cliente por intermédio do presidente da comissão
 - interferir nas perguntas e respostas de seu cliente
 - solicitar inclusão em termo
 - reinqüirir testemunhas
 - produzir contraprovas
19. Segundo a regra constitucional, o trabalho noturno é admitido para maiores de:
- quatorze anos
 - quinze anos
 - dezesesseis anos
 - dezesete anos
 - dezoito anos

20. Removido para ter exercício em outro Município, o servidor deverá se apresentar, para a retomada do efetivo desempenho das atribuições do cargo, num prazo mínimo, em dias, de:
- A) 5
 - B) 8
 - C) 10
 - D) 12
 - E) 15
21. Ao entrar em exercício, o servidor nomeado para cargo de provimento efetivo ficará sujeito a estágio probatório por um período de:
- A) um ano
 - B) dois anos
 - C) três anos
 - D) quatro anos
 - E) cinco anos
22. Ao servidor em estágio probatório poderá ser concedida licença para:
- A) curso de capacitação
 - B) exercício de atividade política
 - C) trato de interesses particulares
 - D) desempenho de mandato classista
 - E) apresentação de trabalho artístico
23. Ressalvadas as hipóteses em que haja legislação específica, o servidor fará jus a 30 dias de férias, que podem ser acumuladas até o máximo de
- A) dois anos
 - B) três anos
 - C) cinco anos
 - D) oito anos
 - E) dez anos
24. A licença por motivo de doença em pessoa da família será concedida por um determinado período máximo, em dias, e deixará de ser remunerada a partir de:
- A) 30 - 21º dia
 - B) 60 - 31º dia
 - C) 90 - 61º dia
 - D) 120 - 91º dia
 - E) 150 - 91º dia
25. Atender com presteza às requisições para a defesa da Fazenda Pública é caracterizado como:
- A) faculdade do servidor
 - B) favorecimento ilícito
 - C) defeso ao servidor
 - D) direito potestativo
 - E) dever funcional
26. Recusar fé a documento público é considerado por lei como:
- A) direito subjetivo do servidor
 - B) prerrogativa de função
 - C) facultado ao servidor
 - D) proibido ao servidor
 - E) garantia do servidor
27. A acumulação remunerada de cargos públicos é admitida na seguinte hipótese:
- A) um cargo de juiz e um de médico
 - B) um cargo de médico e outro de engenheiro
 - C) um cargo de juiz e outro de analista de sistema
 - D) um cargo de professor e outro de Procurador da República
 - E) um cargo técnico na administração direta e outro na indireta
28. O trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, excetuadas as hipóteses de negociação coletiva, fixa o seguinte número de horas na jornada de trabalho:
- A) 8
 - B) 7
 - C) 6
 - D) 5
 - E) 4
29. Prefeito de cidade do interior do Estado, através da edição de um decreto, reduz o rol de beneficiários de um direito concedido por lei. O prejudicado pela exclusão deve propor a seguinte ação constitucional:
- A) mandado de segurança
 - B) mandado de injunção
 - C) *habeas-corpus*
 - D) ação popular
 - E) *habeas-data*

30. A aposentadoria com proventos integrais é garantida ao servidor nos casos de:

- A) cardiopatia em qualquer estágio
- B) lordose aguda cervical
- C) apendicite crônica
- D) tuberculose ativa
- E) sopro cardíaco

31. Um exemplo de ação constitucional cabível para que um indivíduo anule ato lesivo ao meio ambiente é:

- A) *habeas-data*
- B) ação popular
- C) ação civil pública
- D) mandado de injunção
- E) mandado de segurança

32. Em processo administrativo que corre perante a repartição pública, deve ser dada vista ao envolvido, para o exercício de contraditório, sob pena de:

- A) cerceamento à ampla defesa
- B) deferimento do requerido
- C) recolhimento de taxa
- D) pagamento de multa
- E) punição disciplinar

33. Não é exigível o seguinte requisito básico para a investidura de cargo nas instituições de pesquisa científica:

- A) aptidão física
- B) nacionalidade brasileira
- C) idade mínima de 18 anos
- D) submissão a prova específica
- E) comprovação de graduação compatível

34. Não é forma de provimento de cargo público:

- A) reversão
- B) recondução
- C) readaptação
- D) reintegração
- E) readmissão

NOÇÕES DE DIREITO DO TRABALHO E PROCESSUAL DO TRABALHO

35. Os documentos inseridos nos autos poderão ser desentranhados desde que cumprida a seguinte condição:

- A) seja autorizado pelo juiz da causa
- B) seja feito seu traslado em processo findo
- C) tenha havido concordância da outra parte
- D) haja sido comprovada a situação por documento
- E) tenha sido feito tal requerimento na petição inicial

36. O exercício de trabalho em condições insalubres, acima dos limites de tolerância estabelecidos pelo Ministério do Trabalho, assegura a percepção de adicional máximo de:

- A) 10% sobre o salário
- B) 15% sobre o salário
- C) 30% sobre o salário
- D) 20% sobre o salário-mínimo da região
- E) 40% sobre o salário-mínimo da região

37. Para fins de cômputo da jornada de trabalho, a parcela que integra a jornada diária e, por isso, não é passível de desconto, corresponde a:

- A) variação de horário no registro de ponto não excedente a cinco minutos
- B) retardo no horário de início de trabalho por força de consulta em posto de saúde público
- C) tempo despendido pelo empregado até o local de trabalho por qualquer meio de transporte
- D) atraso de até quinze minutos no horário de chegada, causado por falta de condição não fornecida pelo empregador
- E) antecipação do horário de saída em quinze minutos para o empregado como garantia de sua condução em transporte coletivo

38. Nos dissídios individuais, o não comparecimento do reclamante à audiência por motivo irrelevante tem como efeito:

- A) condenação do reclamante no décuplo das custas
- B) supressão da oitiva de testemunhas do reclamante
- C) supressão da fase probatória
- D) arquivamento da reclamação
- E) suspensão do julgamento

39. Salvo nos casos de revezamento semanal ou quinzenal, o trabalho noturno terá remuneração superior à do diurno e, para esse efeito, sua remuneração terá um acréscimo sobre a hora diurna de, pelo menos:
- A) 5%
 - B) 10%
 - C) 15%
 - D) 20%
 - E) 25%
40. Os dissídios individuais, cujo valor não exceda a quarenta vezes o salário-mínimo vigente na data do ajuizamento da reclamação, ficam submetidos ao procedimento sumaríssimo. Não se enquadram nesta hipótese as demandas em que é parte a seguinte entidade:
- A) sindicato profissional
 - B) autarquia pública estadual
 - C) empresa pública municipal
 - D) organização não governamental
 - E) sociedade de economia mista federal
41. São órgãos da Justiça do Trabalho:
- A) o Tribunal Regional do Trabalho, as Varas Federais e as Varas do Trabalho ou os Juízes de Direito
 - B) o Tribunal Superior do Trabalho, os Tribunais Regionais do Trabalho e as Varas do Trabalho
 - C) o Tribunal Superior do Trabalho, os Tribunais Regionais do Trabalho, as Varas do Trabalho, as Varas Federais e o Tribunal Regional Federal
 - D) o Tribunal Superior do Trabalho, os Tribunais Regionais do Trabalho e as Varas do Trabalho ou os Juízes de Direito
 - E) o Tribunal Superior do Trabalho, os Tribunais Regionais do Trabalho, as Varas do Trabalho ou os Juízes de Direito, as Varas Federais e o Tribunal Regional Federal
42. A transferência de empregado para localidade diversa da que resultar do contrato é vedada quando em casos de:
- A) exercício de cargo de confiança
 - B) extinção do estabelecimento em que trabalhar
 - C) gozo de férias com previsão contratual expressa
 - D) contrato com condição implícita de transferência
 - E) mudança do seu domicílio, sem a sua anuência
43. Compete às Varas do Trabalho conciliar e julgar as causas trabalhistas, com exceção do seguinte tipo de dissídio:
- A) coletivo
 - B) decorrente de contrato individual de trabalho
 - C) de reconhecimento da estabilidade de empregado
 - D) resultante de contrato de empreitada em que o empreiteiro seja operário ou artífice
 - E) de remuneração, férias e indenizações por motivo de rescisão do contrato individual de trabalho
44. A reclamação não poderá ser apresentada por:
- A) sindicatos de classe
 - B) Ministério Público Federal
 - C) representantes dos empregados e empregadores
 - D) Procuradorias Regionais da Justiça do Trabalho
 - E) empregados e empregadores, pessoalmente
45. Quando o Reclamado cria embaraços ao recebimento da notificação ou não é encontrado para responder a Reclamação Trabalhista proposta, a notificação far-se-á por meio de:
- A) hora certa
 - B) oficial de justiça
 - C) edital no jornal oficial
 - D) intimação de defensor dativo
 - E) correio com comprovação de aviso de recebimento
46. O prazo para a interposição do Agravo de Instrumento é, em dias, de:
- A) 5
 - B) 7
 - C) 8
 - D) 10
 - E) 15
47. As Turmas da instância superior da Justiça do Trabalho, compostas de 5 juízes, só poderão deliberar com a presença, pelo menos, de:
- A) quatro de seus membros
 - B) cinco de seus membros
 - C) um de seus membros, além do respectivo Presidente
 - D) dois de seus membros, além do respectivo Presidente
 - E) três de seus membros, além do respectivo Presidente

- 48.** Os dissídios individuais ficam submetidos a procedimento sumaríssimo quando o valor da ação tiver a seguinte referência ao quantitativo de salários-mínimos na data do ajuizamento:
- A) exceder a 55
 - B) ser de até 55
 - C) não exceder a 60
 - D) não exceder a 45
 - E) não exceder a 40
- 49.** As sessões extraordinárias do Tribunal só se realizarão quando forem comunicadas aos seus membros, com antecedência mínima, em horas, de:
- A) 24
 - B) 36
 - C) 48
 - D) 72
 - E) 96
- 50.** O Recurso de Revista tem o seguinte efeito:
- A) devolutivo em qualquer hipótese
 - B) suspensivo em qualquer hipótese
 - C) devolutivo quando interposto contra decisão proferida por uma Turma em execução de sentença
 - D) suspensivo quando interposto contra decisão de indeferimento de embargos de divergência em ações coletivas
 - E) suspensivo quando interposto contra decisão de indeferimento de recurso em ações coletivas, em grau de recurso ordinário
- 51.** O prazo para a interposição do recurso ordinário é, em dias, de:
- A) 5
 - B) 7
 - C) 8
 - D) 10
 - E) 15
- 52.** Sob pena de nulidade, a conciliação deve ser tentada no seguinte momento:
- A) após a 1ª audiência
 - B) antes do julgamento do feito
 - C) em todas as fases do processo
 - D) antes do oferecimento da defesa pelo réu
 - E) antes do oferecimento da defesa pelo réu e antes do julgamento do feito
- 53.** O prazo para a interposição do agravo de petição é, em dias, de:
- A) 5
 - B) 7
 - C) 8
 - D) 10
 - E) 15
- 54.** Da decisão que denegou a interposição de recurso cabe:
- A) mandado de segurança
 - B) agravo de instrumento
 - C) embargo declaratório
 - D) recurso de revista
 - E) agravo de petição
- 55.** Cabe agravo de petição diante das decisões de Juiz:
- A) nas execuções
 - B) nas questões consideradas contraditórias
 - C) naquelas classificadas como interlocutórias
 - D) no processo de conhecimento em qualquer fase
 - E) no mandado de segurança com liminar denegada
- 56.** O agravo de instrumento interposto contra o despacho que não receber agravo de petição tem como efeito:
- A) suspender a execução da sentença
 - B) não suspender a execução da sentença
 - C) impedir a execução provisória da sentença
 - D) suspender o processo até a decisão do agravo
 - E) não impedir a execução provisória da sentença

- 57.** Com referência ao procedimento sumaríssimo, a alternativa que indica corretamente o número máximo de testemunhas para cada parte e a condição quanto à necessidade ou não de intimação é:
- A) uma, desde que intimadas
 - B) duas, desde que intimadas
 - C) uma, independentemente de intimação
 - D) duas, independentemente de intimação
 - E) três, independentemente de intimação
- 58.** Relativamente ao procedimento sumaríssimo, pode-se afirmar que, a partir do seu ajuizamento, a apreciação da reclamação ocorre no seguinte prazo máximo:
- A) 7 dias
 - B) 10 dias
 - C) 15 dias
 - D) 20 dias
 - E) 30 dias
- 59.** No procedimento sumaríssimo, interrompida a audiência, salvo motivo relevante justificado nos autos pelo juiz da causa, o seu prosseguimento e a solução do processo dar-se-ão no prazo máximo, em dias, de:
- A) 90
 - B) 60
 - C) 45
 - D) 30
 - E) 15
- 60.** Estão sujeitos à jornada normal de trabalho, fixada genericamente pela CLT em razão das atribuições pertinentes aos respectivos cargos, com duração máxima de 40 horas semanais, os seguintes profissionais:
- A) trabalhadores de minas
 - B) arquivistas
 - C) telefonistas
 - D) jornalistas
 - E) bancários

PÁGINA EM BRANCO

PÁGINA EM BRANCO

PÁGINA EM BRANCO

ATENÇÃO

- O **caderno de questões** contém 60 (sessenta) questões de múltipla escolha, cada uma com 5 (cinco) alternativas (A,B,C,D, E), organizadas da seguinte forma:

de **01 a 14** - *Português*; de **15 a 34** - *Noções de Direito Constitucional e Administrativo*;
de **35 a 60** - *Noções de Direito do Trabalho e Processual do Trabalho* ;

1 (uma) questão dissertativa (redação) e 1 (uma) folha de rascunho.

- A duração da prova é de 4 (quatro) horas e 30 (trinta) minutos, considerando, inclusive, a transcrição do texto para a **folha de redação** da prova discursiva e a marcação do **cartão de respostas**. Faça-a com tranquilidade, mas controle o seu tempo.

INSTRUÇÕES

1. Ao receber o **caderno de questões**, verifique se o cargo para o qual se inscreveu, a numeração das questões e a paginação estão corretos.
2. Verifique, no **cartão de respostas**, se seu nome, número de inscrição, identidade e data de nascimento estão corretos. Caso contrário, comunique ao fiscal de sala.
3. Leia atentamente cada questão e assinale no **cartão de respostas** a alternativa que responde corretamente a cada uma delas. O **cartão de respostas** será o único documento válido para correção eletrônica. O preenchimento do **cartão de respostas** e sua respectiva assinatura, assim como a elaboração da redação, serão de sua inteira responsabilidade, que deverá proceder em conformidade com as instruções específicas neles contidas. Não haverá substituição de **cartão de respostas** ou da **folha de redação** por erro do candidato.
4. Observe as seguintes recomendações relativas ao **cartão de respostas**:
 - ✓ a maneira correta de marcação das respostas é cobrir, fortemente, com esferográfica de tinta azul ou preta, o espaço correspondente à letra a ser assinalada;
 - ✓ outras formas de marcação diferentes da que foi determinada acima implicarão a rejeição do **cartão de respostas**;
 - ✓ Será atribuída nota zero às questões:
 - não assinaladas;
 - com falta de nitidez;
 - com mais de uma alternativa assinalada;
 - emendadas, rasuradas ou com marcação incorreta.
5. Atenção. **Não** assine e nem faça qualquer tipo de marcação que possa identificar a **folha de redação**.
6. O fiscal não está autorizado a alterar quaisquer dessas instruções.
7. Você só poderá retirar-se definitivamente do recinto de realização das provas, após 60 (sessenta) minutos contados do seu efetivo início. Exemplares das provas serão disponibilizados para os candidatos, aleatoriamente, ao término da prova. Você só poderá levar o próprio exemplar da prova se deixar a sala faltando uma hora para o término do horário da prova.
8. Não será permitido, por motivo de segurança, fazer qualquer anotação durante a prova, nem mesmo de gabarito.
9. Os três últimos candidatos deverão permanecer na sala até que o último candidato entregue o **cartão de respostas** e a **folha de redação**.
10. Ao terminar a prova, entregue o **cartão de respostas** e a **folha de redação**. Não esqueça seu documento de identidade.

Boa Prova!